

DEMOCRATIZAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DA CRES 2018¹

Maria Julieta Abba

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil
julietaa@unisin.br

Sofya de Bellini e Soares

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil
bellinisofya@gmail.com

Rafael Ostrzyzek dos Santos

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil
rafaelostrzyzek@gmail.com

211

Artículo

Resumo

O artigo busca compreender o processo de democratização da internacionalização da Educação Superior e as possíveis contribuições da III Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe (CRES 2018) neste processo. Para tanto, autores de diversas áreas do conhecimento são apresentados como interlocutores relevantes para discutir os conceitos de democratização e internacionalização da Educação Superior e a sua vinculação. Como metodologia, na primeira parte do texto foi utilizada a pesquisa bibliográfica a partir da análise de obras de referência sobre as temáticas da pesquisa; enquanto na segunda parte realizou-se uma pesquisa documental através da análise de conteúdo da Declaração e do Plano de Ação da CRES 2018. Os resultados apontam que a Declaração e o Plano de Ação da CRES 2018 traçaram um caminho interessante para discutir a democratização da internacionalização da Educação Superior, principalmente através da promoção de políticas públicas governamentais que fomentem a igualdade de oportunidades, o posicionamento da diversidade como representação da interculturalidade característica da região latino-americana e caribenha, a integração regional solidária e horizontal e a responsabilidade social universitária como forma de transformação e libertação dos povos.

Palavras-Chave: Democratização, Internacionalização, Educação Superior, América Latina e Caribe, CRES

¹ Este artigo é fruto de um projeto de pesquisa, intitulado “Democratização da internacionalização da educação. Políticas, enfoques e experiências no cenário atual”, desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Democratization of the internationalization of higher education: contributions from CRES 2018

Abstract: The article seeks to understand the democratization process of the internationalization of higher education and the possible contributions of the III Regional Conference on Higher Education for Latin America and the Caribbean (CRES, 2018) in this process. Therefore, authors from different areas of knowledge are presented as relevant interlocutors to discuss the interconnection between the concepts of democratization and internationalization of higher education. For the methodology, bibliographical research was used to analyze reference works on the research themes in the first part of the article. As in the second part of the article, document research was carried out through the CRES 2018 Declaration and Action Plan content analysis. The results indicate that the CRES 2018 Declaration and Action Plan outlined an interesting path to discuss the internationalization of higher education, mainly through the promotion of government public policies that foster equal opportunities; the positioning of diversity as representative of the interculturality of the Latin American and Caribbean region; the support of a solidary and horizontal regional integration and university social responsibility as a form of transformation and emancipation of peoples.

Keywords: Democratization, Internationalization, Higher Education, Latin America and the Caribbean, CRES

Democratización de la internacionalización de la educación superior: contribuciones de la CRES 2018

Resumen: El artículo busca comprender el proceso de democratización de la internacionalización de la educación superior y los posibles aportes de la III Conferencia Regional de Educación Superior para América Latina y el Caribe (CRES 2018) en este proceso. Para ello, autores de diversas áreas de conocimiento se presentan como interlocutores relevantes para discutir los conceptos de democratización e internacionalización de la educación superior y su vinculación. Como metodología, en la primera parte del texto se utilizó la investigación bibliográfica a partir del análisis de obras de referencia sobre los temas de investigación; mientras que en la segunda parte se realizó una investigación documental a través del análisis de contenido de la Declaración y el Plan de Acción de la CRES 2018. Los resultados indican que la Declaración y el Plan de Acción CRES 2018 delinearon un camino interesante para discutir la democratización de la internacionalización de la educación superior, principalmente a través de la promoción de políticas públicas gubernamentales que promuevan la igualdad de oportunidades; el posicionamiento de la diversidad representativa de la interculturalidad que caracteriza a la región latinoamericana y caribeña; la integración regional solidaria y horizontal; y la responsabilidad social universitaria como forma de transformación y liberación de los pueblos.

Palabras claves: Democratización, Internacionalización, Educación Superior, América Latina y Caribe, CRES.

INTRODUÇÃO

*E nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia
(Freire, 2000, p. 136).*

Este trabalho tem por objetivo compreender o processo de democratização da internacionalização da Educação Superior e identificar as possíveis contribuições da III Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe (CRES 2018) neste processo. O recorte temporal escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi desde o início do novo século XXI até o primeiro ano da pandemia (2020), já que esse período está marcado pelo começo do ciclo dos governos progressistas na América Latina, denominado “onda rosa”, até o seu fim no ano de 2018 com a ascensão de governos conservadores na região (Pereira da Silva, 2018). Resulta interessante

estender este período até o primeiro ano da pandemia para analisar a educação superior e os desafios que este fenômeno deixou.

Segundo um informe do *Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe* (IESALC) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), intitulado *Hacia el acceso universal a la educación superior: tendencias internacionales*, o acesso à Educação Superior cresceu nas últimas duas décadas de 19% para 38% (UNESCO, 2020). Concomitantemente, o processo de internacionalização da Educação Superior, como abordaremos neste artigo, também tem se intensificado notavelmente. Contudo, o acesso à Educação Superior e, conseqüentemente, o acesso à internacionalização, é uma realidade para o setor da sociedade que tem rendas mais elevadas, enquanto a população mais pobre continua sendo excluída. Segundo o informe citado, “[...] ainda que na bibliografia exista acordo de que para os estudantes de baixa renda de grupos étnicos marginalizados, a educação é um fator poderoso para atingir um resultado diferente nas suas vidas, estes grupos continuam enfrentando-se com uma dura realidade quando se trata de acessar as instituições de ensino superior” (UNESCO, 2020, p. 32). O informe também salienta que existe uma relação entre a Taxa Bruta de Matrícula (TBM) universitária e o Produto Interno Bruto (PIB), registrando-se um maior aumento (206%) da TBM (no período 2000-2018) nos países de rendas média-altas; ao passo que se registrou uma porcentagem inferior de crescimento (100%) nos países de renda baixa.

Essas desigualdades também repercutem na internacionalização da Educação Superior e tornam a internacionalização um privilégio de quem já é privilegiado/a. Perante essa problematização, surgem alguns questionamentos que guiam o presente artigo: como a discussão da democratização insere-se na área da internacionalização da educação? Quem determina as regras de jogo da internacionalização? Quais os requisitos para se internacionalizar? Quem decide quem fica dentro ou fora desse processo? Como garantir igualdade de oportunidades na internacionalização, tendo como ponto de partida tantas desigualdades? Que experiências têm contribuído na democratização da internacionalização da Educação Superior na América Latina? É com base nessas perguntas, que este artigo tem como objetivo compreender a democratização da internacionalização da Educação Superior e as possíveis contribuições da III Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe (CRES 2018) para este processo.

Com base numa perspectiva teórico-epistemológica crítica, primeiramente propõe-se um diálogo entre dois conceitos polissêmicos: democratização e internacionalização da Educação Superior. Dessa forma, apresenta-se a CRES 2018 e, finalmente, analisa-se as possíveis contribuições dessa conferência para a democratização da internacionalização da Educação superior, olhando, especificamente, para a Declaração e o Plano de Ação da CRES 2018. Essa conferência foi escolhida como objeto de estudo por ser a maior conferência regional relacionada à Educação Superior. Ela é realizada a cada uma década na América Latina, e a sua terceira edição (a de 2018) foi selecionada por coincidir com o aniversário do centenário da Reforma de Córdoba, de 1918. A partir disso, como metodologia, na primeira parte do texto foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica (Sousa, Oliveira, Alves, 2021), utilizando como interlocutores para discutir os conceitos de democracia e internacionalização da Educação Superior e a sua relação, autores que provêm de diversas áreas do

conhecimento, tais como Paulo Freire (Educação), Alan Touraine (Sociologia), Theodor Adorno (Filosofia), Atilio Borón (Ciência Política), entre outros. Na segunda parte do texto, realizou-se uma pesquisa documental por meio de análise de conteúdo (Franco, 2012) da Declaração e do Plano de Ação da CRES 2018.

DEMOCRATIZAÇÃO COMO AÇÃO LIBERTADORA

Nesta seção, aborda-se o conceito de democracia a partir de diversas fontes teóricas, a fim de compreender seu significado, seu processo de ação/libertação encarnado na democratização e sua relação com o âmbito educacional. De antemão, faz-se necessário destacar que não é possível esgotar em um único estudo um tema que a humanidade demorou milhares de anos para estudar e construir. Também, salienta-se que não existe um consenso sobre o seu significado, sendo um conceito polissêmico (Bôas Filho, 2013), nutrido por diversas perspectivas. Assim, desde uma perspectiva social e situada a partir da América Latina, busca-se contribuir para uma reflexão crítica sobre a democracia, a qual movimentou opiniões consoantes e dissonantes acerca de seu processo de avanço histórico.

Democracia aparece associada à proteção contra o autoritarismo, absolutismo e qualquer poder arbitrário que atente contra a liberdade e soberania popular (Touraine, 1996). Também, desde a idade clássica até a atualidade, é considerada como uma das formas de governo “[...] na qual o poder político é exercido pelo povo” (Bobbio, 2007, p. 135) e se caracteriza “[...] por um conjunto de regras [...] que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos (Bobbio, 1997, p. 17). Pela própria complexidade e polissemia do conceito, analisar a democracia implica discutir diversos temas a ela inerentes, tais como: Estado, governo, poder, participação, liberdade, igualdade, política e desenvolvimento. Nesse sentido, concorda-se com Touraine (1996) quando ele afirma que “[...] não há democracia sem livre escolha dos governantes pelos governados, sem pluralismo político, mas não é possível falar de democracia se os eleitores têm somente a possibilidade de escolher entre duas frações da oligarquia, das forças armadas ou do aparelho do Estado” (p. 17).

A resposta às demandas e aos problemas da maioria é uma das exigências do processo democrático (Touraine, 1997). Contudo, observa-se um grande confronto entre essa perspectiva de democracia e o mercado mundial guiado pelo lucro sem fim. O impacto dessa tensão resultou em um Estado menos protagonista nas políticas públicas de bem-estar social e no enfraquecimento da representação política, já que “[...] muitos indivíduos se sentem mais consumidores do que cidadãos” (Touraine, 1997, p. 18). Olhando para a região latinoamericana, Borón (2004, p. 15) alerta que “[...] la lucha por la democracia en América Latina, es decir, la conquista de la igualdad, la libertad y la participación ciudadana, es insostenible al margen de una lucha contra el despotismo del capital. Más democracia implica, necesariamente, menos capitalismo”.

No contexto latino-americano e educacional, para Freire (1981), a democracia não é uma doação de alguém, seja um governante, de um partido político ou ainda de uma burocracia estatal, mas é o governo do povo que exige sua participação permanente em todos os processos decisórios

da vida social. É, também, um governo para o povo, no qual as minorias oprimidas e subalternizadas são a maioria que sustentam a base plural e diversa da democracia.

As chamadas minorias, por exemplo, precisam reconhecer que, no fundo, elas são a maioria. O caminho para assumir-se como maioria está em trabalhar as semelhanças entre si e não só as diferenças e assim, criar a unidade na diversidade, fora da qual não vejo como aperfeiçoar-se e até como construir-se uma democracia substantiva, radical (Freire, 1994, p.154).

Nesse sentido, o pensamento de Freire também conduz à uma reflexão de que não se pode falar em democracia e silenciar um povo, muito menos falar em humanização e negar todas as pessoas que habitam no território. Essa abordagem freireana é relevante no contexto latino-americano atual, sobretudo em um cenário político-social-econômico que ameaça a democracia e que prolonga a lacuna entre ricos e pobres. De tal modo, como denuncia Touraine (1997, p. 248) “Na América Latina, não haverá democracia ou desenvolvimento sem uma luta contra as desigualdades que crescem a cada dia [...]”. Para lutar contra essas desigualdades, a diversidade e a igualdade são pilares fundamentais ao interior de uma democracia. Este movimento demanda:

[...] coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa (Freire, 2001, p.25).

Se essa democracia não zela pelo bem-estar de todas as pessoas, compromete a sua própria essência e a sua responsabilidade pelo bem-estar geral. Simón Rodríguez, um dos grandes educadores e lutadores pela independência da América Latina, assegurava que “[...] o que no es general, sin excepción no es verdaderamente público, y lo que no es público no es social (Rodríguez, 2016, p. 67). Assim, para que essa democracia seja, de fato, associada ao bem público e social, foi necessária a sua defesa contra forças reacionárias e a luta pela sua consolidação, já que “[...] a democracia seria uma palavra bastante pobre se não tivesse sido definida nos campos de batalha nos quais tantos homens e mulheres combateram por ela” (Touraine, 1997, p. 21). Dessa forma, Freire (1981) e Touraine (1997), compreendem que a participação é fundamental para uma democracia, contudo, é necessário ir além da participação como uma mera ação formal dentro de um sistema que continua reproduzindo as desigualdades; para gerar uma transformação nas condições de vida da maioria da população, e assim chegar a uma democracia de libertação (Touraine, 1997).

Na mesma linha argumentativa, Adorno (1995, p. 141-142), salienta que “[...] uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas”. Freire, ao longo de sua vida, também dedicou especial atenção a conceitos como emancipação, autonomia e libertação associados à democracia e foi no livro *Pedagogia do Oprimido* que o autor utilizou uma particular metáfora para se referir ao processo de libertação:

A libertação [...] é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo, não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se (Freire, 1981, p.36.)

Dessa forma, considerando que a libertação não é um ato individual e sim um ato coletivo, pois ninguém se liberta sozinho, a educação desempenha um papel relevante como aliada no processo de conscientização histórica e política perante a realidade vivida pelos sujeitos. Quando Adorno (1995, p. 139) apresenta tais questionamentos: “Educação, para quê?” e “Para onde a educação deve conduzir?”, ele apresenta duas pistas para encarar o desafio das perguntas. A primeira consiste na geração de uma consciência verdadeira para a emancipação, e a segunda versa em torno de reforçar a resistência mais do que a adaptação a ordem vigente. Por outro lado, Touraine (1997, p. 199-200) contribui com uma terceira pista quando afirma que um dos objetivos da educação é “[...] o desenvolvimento da criatividade pessoal e do reconhecimento do outro como sujeito [...], isto é, a abertura a culturas e sociedades afastadas da nossa no tempo ou espaço”.

Logo, se a educação é o direito de todas as pessoas para se libertarem das amarras da obediência ao *status quo* e transformarem a realidade, também deveria ser direito de elas ampliarem suas visões de mundo através do reconhecimento e do encontro com o outro, o diferente e o diverso. Na próxima seção, aborda-se a relação da democratização da educação e o processo de internacionalização da Educação Superior.

DEMOCRATIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA

Existem ao menos três definições de internacionalização formuladas pelas principais referências sobre o tema. A primeira é da canadense Jane Knight (2004, p. 11), que compreende a internacionalização no nível nacional (Estado), setorial (Empresas, ONGs, Centros de conhecimento, etc.) e institucional (universidades, institutos, etc.) como “[...] the process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions or delivery of post-secondary education”. De acordo com a autora, esta é uma definição neutra, objetiva e universal que olha para o fenômeno da internacionalização de forma ampla, abrangendo diversas “[...] razões, atores, políticas, atividades e resultados” (Knight, 2020, p. 24).

Por outro lado, em uma pesquisa de 2015 sobre internacionalização da Educação Superior, apresentada ao Parlamento Europeu, os autores Hans de Wit, Fiona Hunter, Laura Howard e Eva Egron-Polak, revisaram a definição de Knight (2004) incorporando as seguintes questões em destaque: “[...] internationalization as 'the intention al process of integratingan international, intercultural or global dimension into the purpose, functions and delivery of post-secondary education, in order to enhanceth equality of education andres earch for all studentsand staff, and to make a meaning ful contribution to society” (De Wit et al. 2015, p. 29). Nesse trecho, é possível observar que se atribui a internacionalização o compromisso de melhorar a qualidade da educação e da pesquisa para todos (estudantes e funcionários). Essa definição chega no âmbito acadêmico mais

de uma década depois da formulação de Knight (2004) e mais de duas décadas de seus primeiros estudos sobre a temática (Knight, 1994), para questionar o caráter elitista do processo de internacionalização e para propor um olhar inclusivo, que pode contribuir para solucionar os problemas da sociedade.

Conforme mencionado na introdução, o processo de internacionalização da Educação Superior tem-se intensificado, diversificado e multiplicado nas últimas duas décadas. Se a mobilidade acadêmica é considerada como a atividade *sine qua non* da internacionalização e até confundida como um sinônimo desse processo, nos últimos anos, proliferaram outras ações que também formam parte da internacionalização: atividades de pesquisadores em universidades estrangeiras, instalação de sedes de universidades internacionais, incremento de programas EAD, ampliação de programas de intercâmbio de professores e estudantes na graduação e na pós-graduação, criação de cursos de dupla titulação, estabelecimento e consolidação de redes universitárias, assim como tem se incrementado o interesse por parte do Estado em programas e ações destinadas à promoção da internacionalização (Fernández Lamarra; Albornoz, 2014).

A pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19), que iniciou em março de 2020, trouxe novos desafios e oportunidades para a internacionalização. Leite (2021, p. 51) destaca como a pandemia tornou-se um período conflituoso “[...] desde o ponto de vista sanitário, geográfico, econômico e político, [onde] se confundem fronteiras, desintegram-se solidariedades, prejudica-se o direito à educação” (Leite, 2021, p. 51) à vida e à saúde. Além disso, fica o [...] efeito devastador da crise pandêmica e pós-pandêmica com seus efeitos desiguais sobre os quais estão nas posições inferiores da pirâmide social, acentuando diferenças de gênero, de etnia e de raça” (Leite, 2021, p. 51). Nesse contexto, a educação no geral e a Educação Superior, em particular, tem enfrentado diversos desafios, sobretudo no que diz respeito ao ensino remoto, ao acesso e ao uso de tecnologias digitais como mediadoras no processo de ensino e aprendizagem, o acesso à internet, entre outros.

A impossibilidade de se deslocar fisicamente afetou a mobilidade acadêmica internacional, mas, ao mesmo tempo, impulsionou a proliferação de atividades *online*, compreendidas dentro da modalidade de Internacionalização em Casa (em inglês *Internationalization at Home – IaH*)², tais como: mobilidade virtual, intercâmbio virtual, programas virtuais de curta e longa duração, Aprendizagem Internacional *Online* Colaborativa (em inglês *Collaborative Online International Learning – COIL*), tele colaboração, voluntariado internacional virtual, entre outras. Hildeblando e Finardi (2020) afirmam que essa proliferação da digitalização e o uso das Tecnologias Digitais trouxe questões importantes no âmbito da internacionalização como a ampliação do acesso por parte de setores sociais menos favorecidos e a diminuição dos impactos negativos associados à mobilidade acadêmica, tais como os

²Dentro do processo de internacionalização, suas ações podem se organizar de acordo com duas modalidades: Internacionalização Transfronteira e Internacionalização em Casa. A primeira “[...] diz respeito ao movimento de pessoas, programas, provedores, políticas, conhecimentos, ideias, projetos e serviços que cruzam fronteiras nacionais” (Knight, 2020, p. 35), enquanto a segunda foi criada “[...] para dar maior proeminência a estratégias situadas no campus a fim de contrabalançar a ênfase crescente na mobilidade acadêmica internacional. Estas estratégias “em casa” podem incluir a dimensão intercultural e internacional no processo de ensino/aprendizagem, pesquisa, atividades extracurriculares, relações com grupos culturais e étnicos locais da comunidade bem como a integração de estudantes e docentes estrangeiros na vida e nas atividades do campus” (Knight, 2020, p. 32).

altos custos financeiros e as consequências ambientais em virtude dos descolamentos físicos realizados durante as viagens internacionais.

Dito em outras palavras, a mobilidade acadêmica tornou-se um feitiço a partir da sua identificação como o elemento mais significativo da internacionalização da Educação Superior (Streck; Abba; Da Rosa, 2020). A mesma problematização pode ser feita acerca do inglês como língua hegemônica da internacionalização. Streck e Abba (2018), alertam sobre as contradições dessa preeminência que atenta contra o pluralismo linguístico, uniformizando as línguas e as culturas através de uma única lente. Além dessas contradições, Finardi (2022) sugere que o uso das línguas, especialmente o inglês, como variável para ponderar as métricas da produção, circulação e avaliação do conhecimento científico internacional, precisa ser revisado desde uma perspectiva crítica e decolonial. A competição para alcançar os melhores pódios dos *rankings* internacionais tem como base a uniformização de um padrão linguístico que invisibiliza e subalterniza línguas, conhecimentos e saberes nacionais e locais, sendo que, segundo a autora, o lugar de publicação e a língua na qual se produz um artigo condiciona a visibilidade dele e não o seu conteúdo.

Essas características formam parte do processo de internacionalização da Educação Superior atual que, influenciado pela colonialidade e pela lógica neoliberal (Streck e Abba, 2018; Leal et al. 2018), tornam a internacionalização cada vez mais elitista e excludente. Nesse sentido, Cunha (2016), identifica uma tensão entre os conceitos e as práticas de democratização e de internacionalização. *Democratização* que, como mencionado no subtítulo anterior, é entendida não apenas pelo aumento de pessoas que anteriormente encontravam-se por fora da internacionalização, mas também da participação ativa desses sujeitos na construção das regras do jogo e na disputa pela produção de um conhecimento pluriversal. *Internacionalização* compreendida sob um olhar crítico (Stein, 2017), contra-hegemônico (Leal, et al. 2018), solidário (Finardi, et al. 2022) e necessário (Abba, 2018), que problematiza a reprodução das desigualdades entre os sujeitos, as instituições educativas e os países. Nesse sentido, considera-se a internacionalização como um fenômeno que se posiciona historicamente a partir da sua presença nas universidades latino-americanas há mais de 400 anos (Abba e Streck, 2021), um fenômeno político que está atravessado por várias tramas e relações de poder que determinam a sua intencionalidade e, finalmente, um fenômeno social que deve se preocupar com a transformação social e da qual devem participar sujeitos que representem todos os grupos sociais.

Segundo Leal, Finardi e Abba (2022) o reconhecimento da universidade como uma instituição produtora e reprodutora das hierarquias coloniais e das relações de poder da colonialidade, concebem a internacionalização hegemônica como um agente da globalização e como um fenômeno de interesse para o capital. Nesse sentido as autoras questionam: como garantir uma internacionalização democrática na universidade, que privilegia um tipo de conhecimento e cultura como se fossem os únicos que circulam em uma sociedade homogênea? O que significa inclusão, diversidade e democratização nesse contexto? Quem tem o poder de incluir, diversificar e democratizar?

Com o objetivo de auxiliar na reflexão sobre a democratização da internacionalização, elenca-se, a seguir, quatro pontos que podem contribuir com a caracterização da democratização da

internacionalização da Educação Superior e que, no seguinte subtítulo, guiaram a análise dos aportes da CRES nesse processo, assim como na identificação de outras experiências que compreendem a popularização da internacionalização:

- Práticas dialógicas interdisciplinares e interinstitucionais. A internacionalização abrange os interesses de diversas áreas do conhecimento, tais como educação, administração, economia, sociologia, psicologia, direito, entre outras. É necessário um diálogo interdisciplinar e horizontal que nutra as relações entre as universidades com base na reciprocidade e na cooperação sul-sul.
- Práticas interculturais e (des)coloniais que compreendam e visibilizem a pluralidade e diversidade de saberes, conhecimentos, culturas e epistemologias. A interculturalidade e a (des)colonialidade entendidas desde uma perspectiva crítica (Walsh, 2012) contribuem para a promoção de uma internacionalização que amplia horizontes e que questiona a internacionalização hegemônica (Abba e Streck, 2019). Nesse sentido, Walsh (2012) alerta que as perspectivas de interculturalidade consideradas a partir de seu caráter relacional (existência de diferentes culturas, onde aquela minoritária acaba sendo absorvida pela majoritária) e seu caráter funcional (a interculturalidade a serviço do sistema neoliberal), precisam ser questionadas. Logo, a interculturalidade e a (des)colonialidade crítica são propostas contra hegemônicas, cujo fim é o reconhecimento e a transformação do padrão de poder, imposto a partir de uma racionalidade moderna e colonial há mais de 500 anos, que hierarquizou as culturas, determinando quais são superiores e quais são inferiores (Quijano, 2005).
- Estratégias de acesso e permanência ao Ensino Superior e a internacionalização como parte de uma política pública para a população historicamente excluída. Para disputar a internacionalização a serviço do capital, é necessário um Estado consciente da importância do desenvolvimento de uma internacionalização autônoma e crítica. A democratização da internacionalização envolve a construção de igualdade de oportunidades no acesso a experiências de internacionalização da educação por parte de setores subalternos, tais como migrantes, refugiados, povos originários, movimentos sociais e famílias com menor poder aquisitivo; assim como o apoio e fomento de outras atividades de internacionalização nos diferentes níveis de formação, desde a Educação Básica até a Educação Superior.
- Preocupação com a transformação social e com os problemas que tangem a sociedade. Seabra Santos e Almeida Filho (2012) defendem que o processo de internacionalização se tornou a quarta missão da universidade já que, o incremento de seu protagonismo, tem potencializado o vínculo da universidade com a sociedade. Por outro lado, desde o Norte Global, Jones *et al.* (2021) defendem que a contribuição da internacionalização na sociedade dá-se a partir da terceira missão da universidade, isto é, a universidade a serviço da sociedade e seu engajamento na responsabilidade social. Ainda, os autores destacam que essa responsabilidade não é só local, mas também global, por conta da emergência de fenômenos de impacto internacional, tais como: câmbio climático, racismo, xenofobia, intolerância

religiosa, entre outros. Sendo assim, a formulação do conceito “Internacionalização da Educação Superior para a Sociedade” (em inglês: *Internationalization of Higher Education for Society* - IHES), tem contribuído para a consolidação do diálogo da tríade universidade-sociedade-internacionalização. Contudo, na América Latina tem-se avançado no questionamento da extensão universitária como um serviço e no seu fortalecimento a partir do legado da Reforma de Córdoba de 1918, na qual a extensão “[...] diz respeito à relevância social do ensino e da pesquisa; é motor da geração de práticas universitárias integrais; na busca por um diálogo de saberes científicos e populares. Seu escopo, inserido no contexto latino-americano, é antes local do que global” (Leal, Souza e Barreto Moraes, 2021, s/p).

A CRES 2018: CONTEXTUALIZAÇÃO, DECLARAÇÃO E PLANO DE AÇÃO

A Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe (CRES) é a maior conferência da região sobre educação superior e é organizada pelo *Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe* (IESALC) e pela Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Por ser a maior conferência regional sobre o tema, pode-se inferir que ela é uma das principais bases internacionais que contribuem para as decisões políticas e para as direções que serão tomadas em relação à Educação Superior dos países em questão.

A primeira Conferência aconteceu em 1996, na cidade de Havana, Cuba, onde foram discutidos os pontos principais que a América Latina levaria como região para a Conferência Mundial de Educação Superior de 1998. Também, decidiu-se que, a partir desse momento, as conferências regionais realizar-se-iam a cada 10 anos. Após Havana, foram realizadas as CRES de 2008, em Cartagena de Índias, Colômbia; e a de 2018, em Córdoba, Argentina. Nesse trabalho, optou-se por analisar esta edição, não apenas por ter sido a última conferência realizada, mas, também, por ter a simbologia de ter sido realizada no centenário do Movimento de Córdoba de 1918. A Reforma Universitária de Córdoba de 1918 foi uma revolução que iniciou na Argentina e foi se disseminando pelos países da América do Sul. Esse movimento criou as bases para a educação latino-americana da atualidade, pois defendia a autonomia universitária e a educação crítica, rompendo com a hierarquia e o dogmatismo, os quais eram regra na Educação Superior naquele momento.

A III CRES, realizada no ano de 2018, retificou os valores defendidos nas conferências anteriores (Declarações da Reunião da Havana, Conferência Mundial de Educação Superior de Paris, e da Reunião em Cartagena das Índias), colocando a Educação Superior como um bem universal que é direito de todos e dever do Estado. Na última Conferência, também foi reforçado que a educação deve deter autonomia para exercer um papel crítico sem sofrer intervenções de governos, religiões, mercado, dentre outros. Além disso, a educação foi compreendida como a principal responsável pela formação de cidadãos e o principal meio para combater as desigualdades sociais ainda tão presentes na América Latina e no Caribe (e que nos últimos anos cresceu consideravelmente). Mais do que isso, destacou-se o papel social da educação, fomentando que os países membros não participassem de acordos internacionais que colocam a educação dentro de um sistema mercantil, uma vez que

A educação não é uma mercadoria. Por isso, instamos os nossos Estados nacionais a não subscrever acordos bilaterais ou multilaterais de livre comércio que impliquem conceber a educação como um serviço lucrativo, ou encorajem formas de mercantilização em qualquer nível do sistema educacional, assim como também incrementar os recursos destinados à educação, à ciência e à tecnologia (Declaração CRES 2018, p.2, grifo nosso).

A Conferência reforçou a importância da construção de uma educação autônoma, ética e diversa comprometida com a transformação social, cultural e política, priorizando uma união latino-americana. Além disso, foi ao encontro de um dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda de Desenvolvimento adotada pela UNESCO (2030), que afirma que o acesso universal à educação é crucial e, por isso, há a necessidade de criar formas de acessar esse espaço, seja por políticas afirmativas, seja pela criação de novas instituições ou revisando como esse acesso tem sido feito nos últimos anos.

Por último, atribui-se a educação como sendo um dos principais pilares no fortalecimento das democracias latino-americanas e uma instituição crucial no combate a regimes autoritários que desrespeitam os direitos humanos e a diversidade.

As instituições de educação superior estão convocadas a ocupar um papel preponderante na **promoção e fortalecimento das democracias latino-americanas**, rejeitando as ditaduras e o desrespeito às liberdades públicas, aos direitos humanos e a toda forma de autoritarismo na região. (Declaração CRES 2018, p.4, grifo nosso)

Com isso, existem dois documentos que são criados a partir do debate, das discussões e das decisões tomadas na CRES: a Declaração e o Plano de Ação. Ambos os documentos vão ao encontro com o que foi trabalhado durante a Conferência. Destaca-se que antes da realização da CRES 2018 também “[...] se han realizado encuentros temáticos preparatorios, foros virtuales, reuniones, seminarios, eventos y una amplia gama de mecanismos de consulta y análisis, de manera tal de **incluir todas las visiones posibles y darle cabida a la mayor cantidad de participaciones de los actores, instituciones y gobiernos interesados**” (Tamarit, Juri e Guajardo, 2018, p. 5, grifo nosso). Com o objetivo de preparar e divulgar a CRES 2018, foi lançada uma coleção de dez livros, sendo um livro central, um contendo os resumos executivos, um especializado e sete correspondentes as eixos temáticos da Conferência, sendo eles: (1) A educação superior como parte do sistema educativo da América Latina e do Caribe; Educação superior, (2) diversidade cultural e interculturalidade na América Latina; (3) Educação superior, internacionalização e integração regional da América Latina e do Caribe; (4) Papel da educação superior de cara aos desafios sociais da América Latina e do Caribe; (5) A pesquisa científica e tecnológica e a inovação como motor do desenvolvimento humano, social e econômico para a América Latina e o Caribe; (6) O papel estratégico da educação superior no desenvolvimento sustentável da América Latina e do Caribe; e (7) Aos 100 anos da Reforma Universitária de Córdoba. Em direção a um novo Manifesto da Educação Superior Latino-americana.

Neste trabalho, foram escolhidos para a análise da democratização da internacionalização os documentos correspondentes à Declaração e ao Plano de Ação da CRES 2018. A Declaração possui vinte e três páginas, sendo uma primeira parte de afirmação dos princípios a serem defendidos pela CRES e uma segunda parte organizada nos eixos temáticos da Conferência, na qual constam os compromissos a serem assumidos pelos Estados da região dentro de cada tema. Já o Plano de Ação (2018-2028) é um documento que sistematiza os mecanismos e as políticas necessárias para atingir, em 10 anos, os propósitos que foram organizados e defendidos na Declaração.

Segundo o IESALC-UNESCO, o Plano de Ação é o “[...] instrumento orientador a gobiernos e instituciones en sus políticas y planes dirigidos a garantizar la educación superior como bien público, derecho social universal y responsabilidad de los Estados en el marco de la consecución de los objetivos de desarrollo sostenible” (ODS) (IESALC-UNESCO, 2019). O documento está organizado através de objetivos, metas e estratégias indicativas; a partir desses pontos, irá expor, de forma detalhada, maneiras para alcançar o que foi debatido durante a Conferência. Além disso, dividem-se as estratégias que deverão ser feitas pelos governos, pelas instituições de ensino e pelas organizações internacionais, dessa maneira envolvendo diversos atores do sistema, tanto nacionais quanto internacionais.

Quanto à contextualização, a CRES 2018 aconteceu em um momento delicado e sensível em relação às democracias latino-americanas, quando houve a ascensão de figuras de poder, as quais, em diversos momentos, através de suas falas e ações, atacaram a democracia e demonstraram a sua descrença na educação pública como um aspecto de relevância e prioridade. Assim sendo, antes e durante a Conferência, houve o interrogante se ela iria seguir o exemplo do que vinha ocorrendo na política nacional dos países membros. Dito isso, considera-se que esse contexto é mais uma razão pela qual a CRES 2018 foi relevante, tanto por seu conteúdo quanto pelo momento em que aconteceu. Contudo, na contramão da onda conservadora da época, a CRES, trouxe em ambos seus documentos a importância tanto da educação quanto da democracia (abrangendo toda densidade conceitual que essa palavra traz).

As instituições da educação superior da América Latina e do Caribe devem defender os direitos políticos e sociais, e formular criticamente sua inserção frente ao modelo de desenvolvimento neoliberal. Poderá desta maneira contribuir, com responsabilidade e compromisso social, para novas propostas que recriem as tradições de autonomia, transformação social, anti autoritarismo, democracia, liberdade de cátedra e, fundamentalmente, a incidência política fundada no conhecimento e na razão. (Declaração CRES 2018, p.17)

Assim sendo, pode-se perceber esse documento como fundamental para debater a Educação Superior na América Latina e, principalmente, debater os meios para democratizá-la. A seguir, será apresentada a análise acerca do tema da internacionalização da Educação Superior na CRES 2018 e as possíveis contribuições para a sua democratização.

APORTES DA CRES 2018 PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A análise da Declaração e do Plano de Ação foi orientada metodologicamente pela análise de conteúdo (Franco, 2012). Nesse sentido, a partir da leitura prévia dos documentos e da análise bibliográfica realizada a partir dos conceitos de democratização e internacionalização, foram definidas quatro categorias de análises vinculadas com o processo de democratização da internacionalização da educação superior, sendo elas: (1) políticas públicas governamentais que fomentem a igualdade de oportunidades; (2) a diversidade como representação da interculturalidade característica da região latino-americana; (3) integração regional e (4) responsabilidade social universitária. Vale ressaltar que mesmo a Conferência tendo um eixo temático específico sobre internacionalização (eixo 3 “Educação superior, internacionalização e integração regional da América Latina e do Caribe”), foram analisados os sete eixos, visto que se entende que o tema da internacionalização é transversal e integra todos os âmbitos referentes à educação.

Primeiramente, a categoria das *políticas públicas* foi desenvolvida das mais diversas formas nos documentos da CRES, indo desde políticas que facilitassem o acesso das pessoas às universidades, até as políticas que contribuíssem para o acesso de grupos específicos (cotas) e as políticas que trabalhassem para auxiliar a manutenção das pessoas no Ensino Superior para diminuir os índices de evasão.

Propomos garantir cobertura universal para todos os jovens entre 18 e 23 anos. Devem ser revisados os sistemas de acesso e estabelecer-se políticas de ações afirmativas baseadas em gênero, etnia, classe e deficiência, para ampliar a inclusão social. A educação superior pública deve ser gratuita e, para ser completa, deve estar acompanhada de sistemas de bolsas para estudantes de baixos recursos e provenientes de populações marginalizadas. (Declaração, CRES, 2018, p.17)

Além disso, também é abordado a necessidade de políticas que incentivem a pesquisa e a ciência, tanto a níveis de graduação e pós-graduação, garantindo recursos públicos para essa área; principalmente, destaca-se que a educação na América Latina tem que ser projetada como um dever do Estado e um direito de todos, nesse sentido, o setor público deve estar engajado e deve garantir a gratuidade da educação e a permanência dos estudantes.

Destaca-se que o tema de políticas públicas foi abordado de maneira densa e complexa, não se restringindo a defender apenas a criação de mecanismos de entrada na universidade, mas, sim, discutindo a criação de mecanismos que incentivem a permanência desses estudantes, o desenvolvimento de recursos para ciência e para a pesquisa, a necessidade de políticas que garantam a diversidade e equidade na educação e o papel do Estado na garantia de uma educação gratuita e de qualidade para todos. Como é reforçado no Plano de Ação, a educação é “[...] un bien público social – estratégico, un deber del Estado, un espacio del conocimiento, un derecho humano y universal, y su ejercicio profundiza la democracia y posibilita la superación de las inequidades” (Plano de ação, 2018).

A segunda categoria analisada foi como os documentos abordam a questão da *diversidade* a partir da interculturalidade, equidade e interdisciplinaridade como aliadas para a democratização da internacionalização da Educação Superior. Primeiramente, salienta-se que a defesa de políticas afirmativas que garantam acesso de grupos usualmente excluídos da Educação Superior já é uma maneira de assegurar a diversificação e uma maior equidade no Ensino Superior. Porém, mais do que isso, a CRES 2018 aborda a importância das instituições como atores cruciais no combate dos mecanismos discriminatórios e que mantém as estruturas xenófobas, racistas e sexistas da sociedade. Além disso, os documentos reforçam a ideia que não é apenas necessário que esses grupos tenham acesso ao Ensino Superior e, sim, que se desenvolvam mecanismos de permanência e de finalização de seus estudos, tornando esses grupos socialmente relevantes para a sociedade, garantindo sua verdadeira inserção econômica e política como cidadãos de seus Estados.

Nesse sentido, os documentos reforçam a importância de reconhecer e utilizar conhecimentos diversos, bem como diferentes epistemologias nas universidades, como maneira de romper com conhecimentos hegemônicos, que apenas contribuem para a estratificação das sociedades latino-americanas. Dessa forma, destacam o papel dos conhecimentos dos povos originários como forma de ensinar e desenvolver novos mecanismos de aprendizagem e de criar formas de resolver problemas sociais e reestruturar a sociedade de uma maneira mais equânime.

As políticas públicas e os mecanismos de acreditação institucional da educação superior devem reconhecer e valorizar as experiências das instituições de educação superior **dos povos indígenas e afrodescendentes, suas contribuições para a resolução de problemas sociais e suas inovações educativas.** (Declaração, CRES, 2018, p.8, grifo nosso)

224

Assim, observa-se que a democratização em relação à diversidade da educação é novamente vista de uma maneira mais complexa do que usualmente, não se atendo apenas a defender políticas afirmativas, mas, sim, em como valorizar e (re)conhecer os conhecimentos desses grupos historicamente excluídos da educação latino-americana e caribenha, garantindo o diálogo intercultural entre todos os sujeitos universitários, como por exemplo, professores universitários apreendendo a língua dos povos originários.

Em relação à categoria sobre *integração regional*, destaca-se, primeiramente, que a própria existência da Conferência é uma maneira de aproximar os países da América Latina e Caribe, criando mecanismos de democratização comuns as suas instituições com base nas suas características e na sua própria história colonial. Para além disso, os documentos irão destacar a importância da Cooperação Sul-Sul e o papel da educação em desenvolver essa consciência em países historicamente explorados, assim como pode contribuir para uma melhor compreensão e cooperação entre as diferentes culturas, na solidariedade internacional e no respeito mútuo.

A integração regional também deve ser fomentada através de políticas de internacionalização que estimulem o intercâmbio de experiências entre estudantes da América Latina, a mobilidade acadêmica e a colaboração internacional em pesquisa. Sobre esse último ponto, no Plano de Ação

salienta que se deve trabalhar mutuamente para o desenvolvimento científico e para o fortalecimento regional.

Contemplar a través de la creación de fondos de fomento específicos la definición de prioridades regionales que favorezcan la complementación de los esfuerzos de los distintos países y el aumento de la calidad científica de las IES de América Latina y el Caribe, contribuyendo a frenar la fuga de cerebros ya atendiendo las asimetrías regionales (Plano de Ação, CRES, 2018, p.65).

Por último, a *responsabilidade social universitária* irá trazer todos os elementos anteriormente citados, assim como também o compromisso da Educação Superior na transformação social. Como foi visto no início deste trabalho, democratização e transformação da realidade são dois processos que caminham juntos. A Responsabilidade Social Universitária aparece nos documentos questionando o viés utilitarista e assistencialista do vínculo da universidade com a sociedade, e aprofunda esse debate salientando o papel da Educação Superior em questões como a redução da pobreza, a diminuição da desigualdade, no desenvolvimento dos países, etc. A Declaração da CRES 2018 defende que a universidade necessita se responsabilizar pelo local onde está inserida: “A responsabilidade social da educação superior supõe o desenvolvimento de compromissos territoriais e transformadores, sob a perspectiva de uma comunidade acadêmica ampliada, na qual o formando é um aliado e transformador social” (Declaração, 2018, p. 12). Já no Plano de Ação (2018-2028) é possível identificar a relação entre o compromisso social da universidade com o processo de democratização:

La región debe ser promotora de ciencia para todos, ciudadanía crítica y gobernanza auténtica, democrática y transparente, para hacer efectiva la construcción de relaciones territoriales rehumanizadoras con todos los actores, mejorando los niveles de comunicación entre ellos y haciendo posible la elección de los mejores aportes, lo cual genera relaciones de corresponsabilidad que facilitan el buen vivir (Plano de Ação, CRES, 2018, p. 69, grifo nosso).

Esse elemento da Responsabilidade Social Universitária também se vincula ao papel da universidade no desenvolvimento sustentável, um tema que também é reforçado nos documentos como crucial para um desenvolvimento democrático da universidade e da sua construção como agente transformador da realidade. Isso pode ser observado, por exemplo, no objetivo nº 2 do lineamento 5 “O rol da Educação Superior frente aos desafios sociais da América Latina e o Caribe”: “Promover [...] un compromiso con la formación integral y ética de personas, ciudadanos y profesionales capaces de abordar la complejidad del mundo actual orientando su acción a la búsqueda del bien común como elemento fundamental para el fortalecimiento de la democracia, la justicia y el desarrollo sostenible” (Plano de Ação, 20218, p. 71).

A partir das reflexões e dados apresentados, entende-se que tanto na Declaração quanto no Plano de Ação da CRES 2018, a democratização da Educação Superior, de forma geral, e a

internacionalização, especificamente, são temas de destaque nos dois documentos, assim como na Conferência. O assunto da democratização é tratado de forma integral no que tange a todas as funções universitárias (docência, pesquisa e extensão) com o objetivo de refletir e traçar um caminho de execução para a ação libertadora dos sujeitos no coletivo das sociedades latino-americanas.

BALANCE CRES+5 E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já se passaram cinco anos da CRES 2018, a metade do caminho antes da próxima Conferência em 2028. Um dos resultados da CRES 2018 foi a realização de uma reunião para seguimento dos desafios, problemáticas e avanços dos compromissos assumidos em 2018. Esse evento acontecerá em março de 2024, em Brasília. Dois dos grandes temas que entrarão no debate serão o impacto ocasionado pela pandemia e o documento proposto pela Conferência Mundial de Educação de 2022, intitulado “Além dos limites. Novas formas de reinventar o ensino superior”. Nesse contexto, o presente artigo veio ao encontro desse movimento regional com o objetivo de realizar um balanço da CRES 2018 a partir da compreensão das contribuições para a democratização da internacionalização da Educação Superior.

Depois da análise, identifica-se as seguintes questões da CRES 2018: a) por ser a maior conferência regional sobre o tema, pode-se inferir que ela é uma das principais referências que contribuem no direcionamento de políticas e decisões que serão tomadas em relação à Educação Superior dos países em questão; b) ainda que a Declaração e o Plano de Ação não tenham um caráter impositivo, são documentos relevantes que expressam o consenso dos países da América Latina e o Caribe em matéria de Educação Superior, assim como o seu posicionamento político referente aos princípios e lineamentos educativos que serão levados e defendidos nas Conferências Mundiais de Educação Superior; e c) a Declaração e o Plano de Ação da CRES 2018 traçaram um caminho interessante para discutir a democratização da internacionalização da Educação Superior, principalmente através da promoção de políticas públicas governamentais que fomentem a igualdade de oportunidades, o posicionamento da diversidade como representação da interculturalidade característica da região latino-americana, a integração regional solidária e horizontal e a responsabilidade social universitária como forma de transformação e libertação dos povos.

Sendo assim, ressalta-se que assim como a CRES 2018, existem outras experiências relevantes que, mesmo com suas tensões e conflitos, colaboram para a construção de uma internacionalização menos elitista e mais plural e diversa. Por isso, é preciso visibilizar outras epistemologias, conhecimentos e saberes que questionam a narrativa dominante colonial e moderna. Assim como Freire (2000), no apêndice escolhido para iniciar este artigo, é importante pensar a democracia como um processo de construção e aprendizagem permanente, entendendo que a internacionalização da educação superior também é um processo em construção, que precisa ser estudado e analisado criticamente para que possa se tornar um direito de todos e todas.

REFERÊNCIAS

Abba, M. J. (2018). *Límites y potencialidades para el desarrollo de una internacionalización de la educación superior necesaria: estudio de caso de la UNILA (Brasil) y la ELAM (Cuba)*. 2018. 279f. Tese

- (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, Brasil. Recuperado de: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7062/Mar%C3%A9Da%20Julieta%20Abba_.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- Abba, M. J., & Streck, D. R. (2019). *Interculturality and Internationalization: Approaches from Latin America*. SFU Educational Review. p. 110–126. <https://doi.org/10.21810/sfuer.v12i3.1020>
- Abba, M. J., Streck, D. R. (2021). *A Reforma de Córdoba de 1918 e a internacionalização universitária na América Latina*. Revista História Da Educação, 25, e102256. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/102256>
- Adorno, T. (1995). Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Azevedo, J., Gentili, P. (2000). *Utopia e Democracia na Educação Cidadã*. Porto Alegre, Brasil. Universidade/UFRGS/Secretaria Municipal de Educação.
- Bôas Filho, O. V. (2013). Democracia: a polissemia de um conceito político fundamental. Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo, 108, 651-696. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67999>
- Bobbio, N. (2007). Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bobbio, N. (1997). O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Borón, A. (2000). *Democracia e Neoliberalismo: história de uma relação infeliz*. Argentina.
- Cunha, M. I. D. (2016). *Internacionalização e democratização: Uma tensão na qualidade da educação superior*. São Leopoldo, Brasil. Oikos
- De Wit, H., Hunter, F., Egron-Polak, E., & Howard, L. (2015). Internationalisation of higher education: A study for the European parliament. [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/540370/IPOL_STU\(2015\)540370_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/540370/IPOL_STU(2015)540370_EN.pdf)
- DidouAupetit, S. (2017). *La internacionalización de la educación superior en América Latina: Transitar de lo exógeno a lo endógeno*. México. Unión de Universidades de América Latina y el Caribe (UDUAL).
- Fernández Lamarra, N.; Albornoz, M. (2014). La Internacionalización de la Educación Superior y la Ciencia en Argentina. En: S. DidouAupetit; V. J. Escobar (Coord.), *Internacionalización de la Educación Superior y las Ciencias en América Latina: Un Estado del Arte* (pp. 17-48). Caracas: UNESCO-IESALC; Argentina, Mendoza: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional de Cuyo.
- Finardi, K. R. (2022). As línguas e rankings no Oscar da internacionalização das produções científicas latinoamericanas: Languages and Oscar rankings of the internationalization of Latin American scientific productions. Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), 51(1), 147–161. <https://doi.org/10.21165/el.v51i1.3180>
- Finardi, K. R., Macêdo Mendes, A. R., & Aparecido da Silva, K. (2022). *Tensions and directions of internationalization in Brazil: Between competition and solidarity*. Education Policy Analysis Archives, 30, (58). <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6823>

- Franco, M. L. (2012). *Análise de conteúdo*. Brasília: Liber livro.
- Freire, P. (1981). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Brasil. Paz e Terra.
- Freire, P. (1994). *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Brasil. Paz e Terra.
- Freire, P. (2000). *A Educação na Cidade*. São Paulo, Brasil. Cortez.
- Freire, P. (2001). *Política e Educação*. 5ª ed. São Paulo, Brasil. Cortez.
- Hildeblando Junior, C. A.; Finardi, K. (2020). *Telecolaboração e Internacionalização do Ensino Superior: reflexões a partir da pandemia Covid-19*. Revista intercâmbio, v. 45, p. 254-278.
- Jones, E., Leask, B., Brandenburg, U., & de Wit, H. (2021). Global Social Responsibility and the Internationalisation of Higher Education for Society. *Journal of Studies in International Education*. p. 330–347. <https://doi.org/10.1177/10283153211031679>
- Knight, J. (1994). *Internationalization: Elements and Checkpoints*. Canadian Bureau for International Education, n. 7, p. 1-15.
- Knight, J. (2004). *Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales*. *Journal of Studies in International Education*, Vol. 8 No. 1, pp 5–31. <https://doi.org/10.1177/1028315303260832>
- Knight, J. (2020). *Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios*. São Leopoldo, Brasil. Oikos.
- Leal, F. G., Moraes, M. C. B., & Oregioni, M. S. (2018). *Hegemonia e contra-hegemonia no contexto da internacionalização da educação superior: Critérios para uma análise crítica e reflexiva do campo*. *Integración*, 2(7)
- Leal, F., Finardi, K., & Abba, J. (2022). Challenges for an internationalization of higher education from and for the global south. *Perspectives in Education*, 40(3), 241-250. Recuperado de: <https://journals.ufs.ac.za/index.php/pie/article/view/6776>
- Leal, F.; Souza de, S.; Barreto Moraes, C. M. (2021). Reflexões sobre o diálogo entre a internacionalização e a extensão universitárias. Recuperado de: <https://iberoamericasocial.com/reflexoes-sobre-o-dialogo-entre-a-internacionalizacao-e-a-extensao-universitarias/>
- López Segrera, F. (2016). *Educación Superior Comparada: Tendencias Mundiales y de América Latina y Caribe*. *Avaliação*, 21 (1), pp. 13-32.
- Pereira da Silva, F. O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, p. 165-178, 10 nov. 2018.
- Quijano, A. (2005). *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. A colonialidade do saber. *Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, p. 227–278.
- Santos, F. S., & de Almeida Filho, N. (2012). *A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.
- Segrera, F. (2016). *Educación Superior Comparada: Tendencias Mundiales y de América Latina y Caribe*. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 21(1), 13-32. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000100002>

- Sousa, A. S.; Oliveira, S. O.; Alves, L. H. (2021). A pesquisa bibliográfica: princípios e Fundamentos. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>
- Stein, S. (2020). *Internationalization for an uncertain future: Tensions, paradoxes, and possibilities*. The Review of Higher Education, v. 41, n. 1, p. 3–32.
- Streck, D.; Abba, J. (2018). *Internacionalização da educação superior e herança colonial na América Latina*. In: L. Korsunsky; D. Del Valle; E. Miranda [et al.] (Comp.). *Internacionalización y producción de conocimiento: el aporte de las redes académicas* (pp. 113-131). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: IEC - CONADU; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Streck, D.; Abba, J.; Da Rosa, C. (2020). *Entre feitiços e contrafeitiços na Internacionalização do Ensino Superior: notas sobre o Centro de Estudos Internacionais em Educação*. Brasília, Brasil. Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília.
- Tamarit, F.; Juri, H.; Guajardo, P. (2018). Prólogo. In: Gacel-Ávila, Joceline (Coord.). *Educación superior, internacionalización e integración en América Latina y el Caribe*. Balance regional y prospectiva. Caracas: UNESCO- IESALC y Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.
- Touraine, A. (1996). *O que é a democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes.
- UNESCO-IESALC. (2018). *Declaración da CRES 2018*. Disponível em: <http://www.cres2018.unc.edu.ar/uploads/Declaracion2018-Port-CRES.pdf>
- UNESCO-IESALC. *Plan de Acción 2018-2028*. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Mr_obMED-yv2RalSeC6L1YeStb1C9tiU/view
- UNESCO-IESALC. (2020). *Hacia el acceso universal a la educación superior: tendencias internacionales*. Recuperado de: <https://www.iesalc.unesco.org/wp-content/uploads/2020/11/acceso-universal-a-la-ES-ESPANOL.pdf>
- Walsh, C. (2012). *Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas*. Visão Global, v. 15, n 1-2, p. 61-74. Recuperado de: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/view/3412>

Sobre los autores

Maria Julieta Abba, Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), na linha de pesquisa História, Políticas e Gestão da Educação. Doutora em Educação pelo PPG de Educação da Unisinos. Coordenadora do projeto “Democratização da internacionalização da educação. Políticas, enfoques e experiências no cenário atual” (FAPERGS – UNISINOS). Responsável pelo Centro de Estudos Internacionais em Educação (CEIE) da Unisinos e Vice-coordenadora da Cátedra UNESCO Educação em Cidadania Global e Justiça Socioambiental. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1248-6805>

Sofya de Bellini e Soares, Graduada em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Experiência de estágio com migrantes e refugiados junto ao Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) e na gestão da Política Estadual de Migração na Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos

Humanos (SJCDDH). Integrante do projeto “Democratização da internacionalização da educação. Políticas, enfoques e experiências no cenário atual” (FAPERGS – UNISINOS). Pesquisadora voluntária na Universidade de Oxford e membra da direção da Rede Educacional pelos direitos humanos em Palestina/Israel (FFIPP). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2934-7630>

Rafael Ostrzyżek dos Santos, Mestrando em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), na linha de pesquisa História, Políticas e Gestão da Educação. Integrante do projeto “Democratização da internacionalização da educação. Políticas, enfoques e experiências no cenário atual” (FAPERGS – UNISINOS). Membro do Centro de Estudos Internacionais em Educação (CEIE) da Unisinos. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2989-8012>